

**ATA DA 062ª SESSÃO –11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
1º BIÊNIO - 8ª LEGISLATURA.**

Ata da sexagésima segunda sessão, décima primeira sessão Extraordinária, primeiro biênio, oitava Legislatura. Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezoito, às sete horas e trinta minutos, no plenário de deliberações “Vereador Décio Brussolo – Baruk”, nesta cidade de Cláudia-MT, sito a Avenida Gaspar Dutra s/nº, R-13, reuniram-se os vereadores todos presentes. A presente sessão foi aberta pelo presidente da Câmara vereador Marciel Pereira Ricarte, que estando composta a mesa convidou a vereadora Lídia de Vargas para fazer leitura de versículo da Bíblia. Após o presidente solicitou ao primeiro secretário Benézio dos Santos para fazer leitura das correspondências, dentre elas o edital de convocação zero quatro de dois mil e dezoito para esta sessão Extraordinária. Após a leitura o presidente passou a apreciação e votação das atas da quadragésima nona e quinquagésima sessões ordinárias que após aprovadas por unanimidade foram assinadas. Após o presidente abriu um espaço para o uso da palavra no pequeno expediente, não havendo o uso, solicitou ao secretário Eloi para tomar as assinaturas dos vereadores no livro de registro de presenças passando a seguir a ordem do dia. O presidente solicitou ao vereador Léo Rizzi para fazer a leitura do projeto de lei complementar zero dois de dois mil e dezoito, de autoria do Executivo, que Autoriza o Poder Executivo a Conceder Revisão Geral Anual dos Vencimentos dos Cargos existentes na Lei Complementar nº 013/2013, e dá outras providências. Após a leitura o presidente solicitou ao vereador Amaral para fazer leitura do parecer zero cinco, de autoria da Comissão de finanças e orçamento, que apresenta parecer favorável a aprovação do projeto e requer a dispensa dos interstícios regimentais da casa para discussão e votação única do projeto. Após a leitura o presidente passou a discussão e votação do parecer e após do projeto de lei complementar, sendo ambos aprovados por unanimidade, sendo o projeto de lei complementar zero dois de dois mil e dezoito em primeira e ultima votação. Dando Continuidade o presidente solicitou ao vereador Adacir Anderle para fazer a leitura do projeto de lei complementar zero três de dois mil e dezoito, de autoria do Executivo, que Autoriza o Poder Executivo a Conceder Revisão Geral Anual dos Vencimentos dos Cargos existentes na Lei Complementar nº 010/2008, e dá outras providências. Após a leitura o presidente solicitou ao vereador Arnaldo França para fazer leitura do parecer zero seis, de autoria da Comissão de finanças e orçamento, que apresenta parecer favorável a aprovação do projeto e requer a dispensa dos interstícios regimentais da casa para discussão e votação única do projeto. Após a leitura o presidente passou a discussão e votação do parecer sendo aprovado por unanimidade. Após o presidente informou que continua em discussão o projeto. Solicitou a palavra o vereador Fernando Leitão que disse justificar seu voto e disse que considera que todos devem receber de forma igualitária, disse que a cinquenta dias atrás já discutiram o aumento de forma igualitária a equipe de apoio, e disse que hoje o prefeito esteve nesta casa e expondo que se os vereadores votassem contra o projeto estariam prejudicando os funcionários. A vereadora Lídia disse ficar triste por esta casa não poder aumentar o índice de 1,81% (*um virgula oitenta e um por cento*), e disse que solicitaram que o preito se reunisse com a secretária e equipe de apoio da educação para explicar os motivos de não poder conceder o mesmo percentual concedido ao magistério. Solicitou a palavra a seguir o vereador Benézio dos Santos e disse que já fez parte na educação no tempo da APM, disse também estar infeliz poi o que pediram não aconteceu de realizar a reunião com a categoria e discutirem o assunto. Disse a seguir que hoje o prefeito veio até esta casa e disse que já se reuniu a tempos passados com o SINTEP. Disse após Benézio como citou o companheiro Fernando Leitão que se não votarem o projeto vão ficar sem os 1,81%, e citou a importancia da presença dos funcionarios da equipe de apoio hoje. Disse Benézio não ser contra o projeto mas da forma que está, citou que há conversas que não houve a reunião, mas que se não aprovarem vão ficar sem nada. Disse então que á falha da secretaria e do sindicato que representa a categoria. O vereador Amaral disse esclarecer e para que não digam depois que foram os vereadores



que não quiseram dar aumento. Disse que matéria que trata da concessão de índices de reajuste somente o executivo pode definir. Disse que o INPC foi de 1,81% e que é uma vergonha, disse ficar triste com o aumento, e considerou que o índice previsto é tão inesperecível que poderia se deixar para o ano que vem, mas o correto é que deveria se dar o mesmo reajuste dados ao magistério a todos os profissionais. O vereador Naldo disse que realmente a Lei Federal e o Estatuto dispõe sobre a necessidade de concessão do INPC de 1,81%, no entanto não consegue entender como o governo chegou a um índice desses. Disse que nem gostaria de estar aqui hoje para conceder um reajuste desses. Disse que este índice não corresponde a realidade e que não gostaria de votar o projeto mas é uma lei federal. Disse ainda que o projeto veio com concessão de efeito retroativo para que se procedessem as discussões. O vereador Léo Rizzi disse ser difícil justificar estas atitudes e disse que os vereadores não são contra o reajuste dos servidores públicos, mas que o projeto atende a lei. Disse após que o mais importante agora é que os servidores tenham seus pagamentos da folha em dia, mas que também é preciso pensar no comprometimento de gastos do município. Disse Léo Rizzi que gostaria que ano que vem se pudesse dar um aumento de 3% (*três por cento*). Disse a seguir que o prefeito apresentou hoje a receita e gastos com folha de pagamento e que o tribunal alerta sobre os índices de gastos. Disse que tem municípios no estado que no mínimo deveriam pagar sua folha em dia. Solicitou a palavra o vereador Marcos Tadeu que falou em referência a diferenciação dos salários mínimos atual e do ano anterior e que se trata do menor reajuste dos últimos anos. Disse considerar que este índice do INPC de 1,81% é muito baixo e que o IBGE faz seus estudos com base em famílias que recebem de um a cinco salários mínimos, e disse que é justamente estas famílias que precisam e que ganham estes salários. Disse ainda que no cálculo do IBGE não estão incluídos a exemplo o custo dos alugueis majorando a inflação. Disse Marcos que o funcionário tem toda a razão de ter este sentimento de perda. Após disse que esta casa está votando de acordo com a Lei e a prefeitura tentando manter os salários em dia. Disse após que para o próximo ano deve haver uma nova discussão e o encaminhamento de novo projeto. Após o uso da palavra o presidente Marciel passou a presidência ao vice Naldo para o seu uso da palavra na tribuna. Ao fazer uso da palavra na Tribuna Marciel disse que como vereador de segundo mandato que sempre fala em suas palavras e que não foram eleitos para defender sigla partidária ou prefeito, e sim legislar e em prol dos municípios. Disse também que é sindicalista a dezoito anos e faz seu trabalho em defesa dos trabalhadores, disse que atua no sindicato que faz defesa da classe civil, mas que também conhece a realidade dos servidores públicos. Disse que já fez trabalho em defesa quando da votação da lei complementar 010/2008, na época o atual prefeito foi que encaminhou esta lei. Disse Marciel que como presidente só vota em caso de empate e se vota-se votaria contra o projeto. Disse também auxiliou na fundação do sindicato dos Servidores e na elaboração do Estatuto dos servidores públicos. Disse que como citou Naldo não se compra o mesmo produto com os preços de hoje, e desta forma se manifesta contra. O vereador Naldo retornou a presidência a Marciel. Solicitou a palavra o vereador Benézio dos Santos que diante a discussão realizada com o prefeito nesta manhã e diante o 1,81% apresentado para o projeto. Disse apresentar requerimento de retirada de pauta do projeto para que seja melhor discutido nesta casa e funcionários da categoria. Após o presidente passou a discussão e votação do pedido de retirada de pauta, sendo quatro vereadores a favor e quatro contra, desta forma o presidente manifestou seu voto a favor da retirada de pauta do projeto de Lei Complementar número 003/2018 de Autoria do Executivo, que Autoriza o Poder Executivo a Conceder Revisão Geral Anual dos Vencimentos dos Cargos existentes na Lei Complementar nº 010/2008, e dá outras providências. Na sequência o presidente solicitou ao vereador Benézio dos Santos para fazer a leitura do projeto de lei complementar zero um de dois mil e dezoito, de autoria do Legislativo, que Autoriza o Poder Legislativo a Conceder Recomposição Salarial aos cargos existentes na Lei Complementar nº 024/2014, e dá outras providências. Após a leitura o presidente solicitou a vereadora Lídia de Vargas para fazer leitura do parecer zero sete, de autoria da Comissão de finanças e orçamento, que apresenta parecer favorável

a aprovação do projeto e requer a dispensa dos interstícios regimentais da casa para discussão e votação única do projeto. Após a leitura o presidente passou a discussão e votação do parecer e após do projeto de lei complementar, sendo ambos aprovados por unanimidade, sendo o projeto de lei complementar zero um de dois mil e dezoito, legislativo em primeira e ultima votação. Sendo estas as matérias para a ordem do dia o presidente passou as explicações pessoais. Solicitou a palavra o vereador, benézio dos Santos que agradeceu a presença dos munícipes e em especial aos servidores da equipe de apoio da educação, e disse que isto viabilizou a retirada do projeto de pauta para uma maior discussão. Após falou sobre as reuniões realizadas para a discussão do projeto. O vereador disse que deveria estar presentes nesta sessão representantes do SINTEP e do Sindicato da Categoria. Disse que assim os servidores estão confiando em “lobos em pele de cordeiro”. Após o vereador Benézio disse acreditar que deva haver uma mudança geral na escola, e que os menos favorecidos não podem pagar por esta situação. Solicitou a palavra a seguir o vereador Fernando Leitão, e disse que o prefeito deve começar a se preocupar com os funcionários que ganham salários altos. Após falou sobre os ônibus parados na garagem em vez de estarem fazendo o transporte escolar. Solicitou a palavra o vereador Marcos Tadeu falou que em questão de leis federais não se pode “derrubar” aqui, referindo-se ao índice. O vereador Marciel solicitou um aparte e disse que a retirada não foi para agradar ninguém. Marcos disse que pode haver nova discussão, mas que vai ser mantido o 1,81% por ser lei federal, e que não votou contra ninguém apenas porque não haveria como mudar. O vereador Naldo disse que esta se seguindo a Constituição Federal e Estadual, e embora que esse índice é de 1,81% é “mentiroso”, mas lei é lei e quem fez a pesquisa para o índice do INPC foi o IBGE, e finalizou dizendo que não é aquilo que queremos. Após Marciel passou a presidência ao vereador Naldo. Ao fazer uso da tribuna Marciel disse deixar Claro para todos que não está aqui para agradar e que é a favor do diálogo e que ninguém virá aqui para impor, e que não é deputado ou partido que o fará mudar de opinião. Solicitou um aparte o vereador Benézio dos Santos, que disse que não retirou o projeto para fazer média, e sim para corrigir possíveis erros, mas dice que a decisão é do plenário. Disse ser conhecedor de leis e da constituição, da Lei Orgânica e da lei complementar 010/2008 que ao seu ver está sendo desrespeitada. E citou a exemplo é a necessidade de duas leis, uma para o servidores em geral e outra para a equipe de apoio. Marciel em continuidade disse que sua indignações em contato com o povo é que se veja no mínimo um líder. Disse Marciel que sua resposta é para o povo, não para prefeito e que não é fantoche de ninguém e ter a sua dignidade. Disse também que está aqui não é pra fazer média com ninguém e que seu cargo aqui é passageiro e que daqui três anos pode estar cortando grama ou fazendo qualquer outra coisa. Disse o que não é, é ser covarde. Após o vereador Naldo retornou a presidência a Marciel. Não havendo mais o uso da palavra o presidente Marciel declarou encerrada esta Sessão Extraordinária. Eu, Eloi Muck, Diretor da Secretaria Administrativa, fui presente e lavrei a presente ata que depois de apreciada e votada, vai assinada pelo presidente e vice, primeiro secretário e por mim. Sala das Sessões Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso.

